

Missão negocia com Clube de Paris

Brasília — No dia 19 estará em Paris uma missão do governo brasileiro para negociar a dívida externa com as agências governamentais que compõem o chamado Clube de Paris. O sucesso dessa negociação servirá de balizamento para as negociações com credores privados, que deverão ser concluídas até o final deste mês.

A missão brasileira será composta pelo diretor da dívida externa do Banco Central, Antonio Pádua Seixas e pelo coordenador de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, embaixador Álvaro de Alencar. O principal ponto de debate com o clube de Paris será o montante a ser negociado: o Brasil quer incluir além dos compromissos vencidos em 1985 e 1986, uma parcela de 1987. Feito o acordo global, os detalhamentos de juros e outros itens serão discutidos bilateralmente. Do sucesso dessa missão dependerá um bom acordo com os bancos credores da dívida externa brasileira.

Tão logo seja concluído o acordo com o Clube de Paris, a missão regressará ao Brasil, para em seguida discutir, nos Estados Unidos, a

negociação com os bancos credores. Ái, o ponto crucial da conversa será a dilatação do prazo dos vencimentos da dívida. De 1987 a 1999 vence cerca de 90% do total da dívida externa brasileira. Durante as negociações, o Brasil vai tentar dilatar esse prazo, como forma de melhorar o perfil dos pagamentos. Ao diluir esses pagamentos, torna-se mais fácil para a economia enfrentar os problemas da área cambial, além de possibilitar o aumento do nível de investimentos no país.

Os técnicos brasileiros estão convencido de que uma boa negociação com os credores possibilitará a volta do país ao mercado financeiro internacional. As áreas técnicas do governo já estão simulando em computador os diversos cenários para a economia brasileira, a fim de fornecer subsídios aos negociadores. Os principais ingredientes desses cenários são o comportamento da balança comercial, transformação de dívida externa em investimento, entradas de recursos novos, preços do petróleo no mercado internacional, taxas de juros e outros itens de influência na formação do balanço de pagamento do Brasil.